

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Redução na tarifa de energia deve tirar 0,15 ponto do IPCA neste ano	2
Título: Vale e MP divergem sobre acordo definitivo no caso Brumadinho	4
Título: Destaques	6
Título: Curtas	6
Título: Vestas vê retomada para equipamentos de geração eólica.....	7
Título: Justiça rejeita recuperação da Queiroz Galvão Energia.....	9
Título: Regime regulatório tem de ser estável, diz especialista da PwC.....	10
Título: Revés em renegociação de dívidas leva Santa Terezinha à recuperação judicial.....	11
Título: Destaques	12
Título: Desinvestimento se torna mais comum para empresas.....	13
Título: Tora investe em frota para crescer 14% neste ano	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Governo vai dividir R\$ 17 bi de recursos do pré-sal com Estados e municípios.....	16
Título: Audiências testam desgaste do Executivo	17
Título: Plantonista manda soltar segundo preso temporário	19
Título: Sob risco de barragem romper, Barão de Cocais entra em estado de vigília	19
Título: Empresas questionam remoção de estrutura abaixo de barragens.....	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: no cano.....	23
Título: Brumadinho: ações atuais e para o futuro	23
Título: Minas paradas já afetam cidades dependentes	25
Título: Com prisão de Temer, Lava Jato do Rio retoma linha de investigação parada	28

VEÍCULO: O Globo	29
Título: "Nem a pau, Juvenal"	29
Título: Limites na tesoura	30
Título: Outro preso de operação contra ex-presidente é solto	32
Título: MP pede bloqueio de R\$ 3 bilhões da Vale	33
Título: MPF denunciara Temer duas vezes para Bretas.....	35
VEÍCULO: Correio Braziliense	36
Título: Novo status na OMC "é a evolução normal"	36
Título: Ação contra a Vale	41

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Redução na tarifa de energia deve tirar 0,15 ponto do IPCA neste ano

Uma decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pode tornar o cenário inflacionário para este ano ainda mais tranquilo. Na quarta-feira passada, a agência autorizou a quitação antecipada do empréstimo para socorrer distribuidoras durante a crise hídrica de 2014, que tinha um custo mensal de R\$ 703 milhões, repassado às tarifas.

Se a redução média de 3,7% apontada pela agência reguladora for totalmente incorporada nas contas de luz, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços

ao Consumidor Amplo (IPCA) poderá ficar até 0,15 ponto percentual menor no ano, estimam economistas.

Com a liquidação antecipada do financiamento, os reajustes tarifários nas 16 capitais pesquisadas pelo IBGE no IPCA serão menores do que o previsto anteriormente, de acordo com Renato Salinas, economista do Banco Votorantim. No total, o efeito negativo estimado no IPCA será de aproximadamente 0,15 ponto. Por isso, a instituição reduziu de 3,75% para 3,6% a projeção para a alta do indicador oficial de inflação em 2019.

A estimativa para o aumento médio da tarifa de eletricidade residencial no ano passou de 11% para 7,5%. O item energia elétrica tem peso de 4,5% no IPCA, destaca Salinas.

Segundo o economista, o maior efeito negativo virá da concessionária Enel, que presta serviços em São Paulo, capital de maior peso no indicador. "O reajuste final em São Paulo será de 3,60%. Como o pré-pagamento da dívida tirou 4,9 pontos do aumento, ele seria de mais de 8% antes", disse.

Considerando que as correções tarifárias das distribuidoras de energia ocorrem ao longo do ano, o impacto de baixa será diluído, observa o economista. O reajuste da Enel na capital paulista, por exemplo, ocorre em julho. "Não é que haverá reajustes negativos, eles só serão menores do que o esperado", reforçou o economista do Votorantim.

Fabio Romão, da LCA Consultores, calcula que, se todo o alívio estimado pela Aneel fosse repassado ao consumidor, o impacto de baixa no IPCA deste ano seria reduzido, de 0,1 ponto. A consultoria, contudo, preferiu manter a projeção para a alta do indicador em 3,9% no período. A previsão para o aumento das contas de luz em 2019, de 8,2%, já é comportada se comparada ao registrado nos últimos anos, destaca ele.

A quitação do passivo das distribuidoras reforça o cenário de inflação bastante comportada ao longo do ano, afirma Romão, mas é preferível aguardar os primeiros reajustes tarifários após a decisão da Aneel para então ajustar as projeções inflacionárias. "Queremos ver se as distribuidoras vão mesmo incorporar esse impacto", explicou.

Para André Muller, economista da AZ Quest, o efeito da redução dos custos das distribuidoras prevista para este ano é neutro no cenário para o IPCA, que deve avançar 4% em 2019. Isso porque os reajustes da Enel e da Light, ambos no Rio e já aprovados pela Aneel, ficaram acima do esperado. A previsão para as duas correções era de 6%, disse.

Para os clientes da Light, o reajuste para consumidores de baixa tensão foi de 11,5%, enquanto o aumento da Enel Rio neste mesmo segmento foi de 9,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza | Do Rio e de Belo Horizonte

Título: Vale e MP divergem sobre acordo definitivo no caso Brumadinho

A Vale está empenhada em chegar ainda este ano a um acordo de reparação integral pelos danos causados na tragédia de Brumadinho (MG), que completa hoje dois meses e deixou 212 mortos e 93 pessoas desaparecidas, de acordo com os últimos dados disponíveis. A mineradora tem interesse em definir a curto prazo os objetivos das reparações sociais e ambientais definitivas e qual será a melhor maneira de implementá-las. Integrantes da força-tarefa de Brumadinho dizem desconhecer, porém, negociações para se chegar a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) definitivo com a Vale, como apurou o **Valor**.

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Geraldo Emediato de Souza, coordenador da força-tarefa do órgão que trata das indenizações definitivas às famílias dos trabalhadores, disse que não há "nenhuma negociação" em curso relativa a um TAC amplo que englobaria, entre outros temas, as indenizações. Tanto o Ministério Público do Estado de Minas Gerais quanto o Ministério Público Federal, em Belo Horizonte, também dizem desconhecer discussões para um TAC final com a Vale.

A Vale, por sua vez, assume que é responsável por uma "solução" para o desastre de Brumadinho, o que é diferente de considerar-se culpada, e quer estabelecer um modelo de colaboração "inédito" com os atingidos e com as autoridades em Minas Gerais e no governo federal, segundo fontes da companhia. A ideia da mineradora é avançar com as autoridades em um acordo final, sem litígio, tentando definir previamente tudo o que for possível. "O que não for possível definir de antemão terá um sistema de conciliação [entre a empresa e as autoridades] no próprio acordo", disse uma fonte.

Três pontos são considerados pela Vale para estabelecer as bases para um TAC com as autoridades. Uma das frentes de discussão é social e envolve indenizações pelos danos individuais e coletivos. Há ainda outros dois pilares:

um de reparação ambiental e outro relacionado às obrigações sobre a operação futura da mineradora em Minas Gerais, incluindo novos critérios e controles que a companhia terá que adotar para que não haja repetição de casos como o de Brumadinho e Mariana no futuro.

A situação em Minas Gerais, porém, continua delicada. Na sexta-feira, sirenes foram acionadas em Barão de Cocais (MG) por força da condição crítica de estabilidade da barragem Sul Superior da mina Gongo Soco, da Vale. Foi um reforço de medida preventiva, uma vez que a evacuação da área próxima à barragem já havia ocorrido em 8 de fevereiro. Essa é uma das dez barragens inativas a montante - iguais à de Brumadinho e Mariana - que a Vale se comprometeu a desativar ao longo de três anos.

No sábado, o Ministério Público de Minas Gerais pediu que a Justiça determine a interdição de barragens de quatro complexos minerários da Vale no Estado. O MP encaminhou à Justiça pedido para que a empresa pare de lançar rejeito de minério de ferro na barragem de Gongo Soco e também nas barragens de Vargem Grande, do complexo minerário Vargem Grande, na cidade de Nova Lima; nas barragens B3 e B4, do complexo minerário Mar Azul, também em Nova Lima; e nas barragens do Grupo Forquilhas, do Complexo Mina de Fábrica, em Ouro Preto.

Os promotores requereram também que a Vale volte a ser proibida de lançar rejeito na barragem de Laranjeiras, do complexo de Brucutu, a maior mina da Vale em Minas. A Justiça de Minas havia determinado a paralisação de Laranjeiras, mas a Vale conseguiu reverter a decisão. No pedido, o MP requereu ainda que sejam bloqueados R\$ 120 milhões nas contas da Vale para que sejam custeadas "a auditoria técnica necessária para garantir a segurança das barragens." Ontem, a juíza plantonista Cláudia Costa Cruz Teixeira Fontes aceitou parcialmente o pedido do MP, determinando que a Vale seja proibida de produzir "incremento de risco" apenas na barragem de Barão de Cocais. Segundo a assessoria do MP, isso significa que a Vale fica proibida de lançar rejeitos nessa barragem. Quanto às outras barragens citadas no pedido, a juíza deixou para que o tema seja analisado pelo juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Minas, onde corre a ação. Ela tampouco tomou uma decisão sobre o pedido de bloqueio de recursos da Vale.

Hoje o MPT de Minas Gerais deve ajuizar ação contra a mineradora na qual exigirá que cada família que perdeu parentes no desastre com a barragem de rejeito na cidade de Brumadinho receba uma indenização que poderá variar

entre R\$ 8 milhões a R\$ 9 milhões. A informação foi antecipada ao **Valor**, na sexta-feira, pelo procurador do MPT, Geraldo Emediato de Souza. A quantia toma como referência um documento produzido há alguns anos pela própria Vale no qual estabelece que US\$ 2,6 milhões deveriam ser provisionados para arcar com eventuais custos de cada vítima fatal de um desastre com barragens.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cesp tem lucro

A Cesp registrou lucro de R\$ 59,2 milhões no quarto trimestre de 2018, revertendo assim o prejuízo de R\$ 132,04 milhões em igual intervalo de 2017. De outubro a dezembro do ano passado, a receita operacional líquida totalizou R\$ 408,1 milhões, alta anual de 3,5%. No ano, a Cesp teve lucro líquido de R\$ 294,4 milhões, contra o prejuízo de R\$ 168,5 milhões registrado em 2017. Esse é o primeiro resultado divulgado desde a transferência de controle da companhia, que foi privatizada ano passado e oficialmente assumida pelos novos donos (Votorantim e fundo canadense CPPIB) em dezembro. Os novos controladores propuseram o pagamento de R\$ 297,3 milhões em dividendos correspondentes ao resultado ajustado de 2018.

Usiminas paga dividendo

A Usiminas propôs a distribuição de R\$ 80,3 milhões em dividendos aos seus acionistas. O assunto será uma das pautas da assembleia geral ordinária (AGO) da companhia, marcada para o dia 23 de abril, às 12h. O valor por ação ordinária (ON) será de R\$ 0,062634 e por preferencial (PN) de R\$ 0,068897. Segundo a empresa, em comunicado, a administração propõe que os dividendos sejam pagos no dia 31 de maio, mesma data do pagamento de R\$ 92,3 milhões de juros sobre capital próprio, aprovado pelo conselho de administração em 28 de dezembro de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Angra 3 continua

As prisões pela Polícia Federal (PF) do ex-presidente Michel Temer e do ex-ministro de Minas e Energia Moreira Franco por suspeita de corrupção envolvendo a obra de Angra 3 não afeta o plano de retomada da construção da usina nuclear, afirmou na sexta-feira o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior. Segundo ele o plano de retomada das obras segue em curso. A Eletrobras é controladora da Eletronuclear, empresa responsável por Angra 3.

Acidente em Houston

Um importante porto de Houston, nos Estados Unidos, continua com sua atividade prejudicada como consequência de um incêndio petroquímico que começou em 17 de março. Na sexta-feira passada, as chamas voltaram por uma hora e paralisaram os esforços para remoção de combustíveis voláteis. A Guarda Costeira dos Estados Unidos fechou uma parte da conexão pela água entre Houston e o Golfo do México, que só deve ser reaberta quando for concluída a remoção dos produtos químicos que vazaram, segundo a Reuters.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Vestas vê retomada para equipamentos de geração eólica

Otimista com a perspectiva de retomada do crescimento da economia brasileira, e consequentemente do consumo mais intenso de energia elétrica, a fabricante dinamarquesa de turbinas eólicas Vestas definiu o Brasil como um dos países prioritários para investimentos da empresa, dona de quase um quarto do mercado global de aerogeradores e faturamento anual de € 10,1 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 43,5 bilhões).

"Depois de um período de incertezas, acreditamos que a economia brasileira vai crescer de novo, o que é um motivo chave para a continuidade de investimentos no país", disse Anders Runevad, presidente mundial da Vestas.

"Nesse sentido, é importante frisar que o consumo de energia brasileiro já alcançou os níveis pré-crise, apesar da baixa atividade industrial. A recuperação da economia brasileira, com a retomada da atividade industrial, vai demandar uma quantidade ainda maior de energia".

Runevad esteve no Brasil na última semana para reuniões com fornecedores e clientes e integrar uma comitiva de executivos de países nórdicos, incluindo o presidente do conselho de administração do grupo, Bert Nordberg, cuja agenda incluiu encontros com o vice-presidente Hamilton Mourão e o governador paulista, João Dória. Após as reuniões, sua avaliação é positiva. "Há planos do atual governo para continuar apoiando a transição de fontes tradicionais para renováveis e aumentar a participação das fontes eólica e solar na matriz energética".

O executivo também elogiou a decisão do governo de anunciar um calendário de leilões de energia de 2019 a 2021. Segundo ele, a medida garante previsibilidade e permite as empresas elaborar investimentos de longo prazo com maior assertividade.

Com mais de 1,5 gigawatts (GW) em turbinas em operação no Brasil, pouco mais de 10% do mercado local, e encomendas de outros 250 megawatts (MW), a Vestas busca ampliar sua posição no país. Para isso, a companhia está investindo cerca de R\$ 100 milhões na ampliação da fábrica em Aquiraz, no Ceará.

"O Brasil é um mercado chave para a Vestas. Estamos investindo nos últimos anos e vamos anunciar planos futuros quando forem relevantes", afirmou Runevad. "Estamos olhando o mercado brasileiro de uma forma muito otimista e nossa ambição é ser o líder de mercado no país", completou.

De acordo com o principal executivo responsável pelos negócios da Vestas na América do Sul, Rogério Zampronha, a possível aprovação da reforma da previdência será suficiente para trazer uma nova onda de investimentos para o país.

Zampronha destaca ainda que a companhia vai observar quais serão as diretrizes do governo Bolsonaro para os bancos de fomento, especialmente o BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que nos últimos anos foram importantes fontes de financiamento para empreendimentos de energia eólica no país.

Ainda com relação ao BNDES, o executivo defendeu que o banco adote um modelo que permita que a exportação de máquinas do Brasil seja compensada na meta de nacionalização para financiamento a projetos de geração de energia eólica no país. Mecanismo semelhante foi aplicado na indústria brasileira de

óleo e gás. Dessa forma, explicou Zampronha, é possível viabilizar, por exemplo, a fabricação de turbinas no Brasil para atender projetos na América do Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Justiça rejeita recuperação da Queiroz Galvão Energia

A 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo indeferiu a homologação do plano de recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão Energia, ao acatar o pleito apresentado por credores que pediram sua impugnação. O motivo não foi o suposto conflito de interesses na aprovação do plano, como alegado pelos credores, mas sim a conclusão de que não é possível todas as empresas da área de energia do Grupo Queiroz Galvão apresentarem um plano conjunto de recuperação. Esse era o segundo argumento apresentado pelos credores que pediram a impugnação do plano.

"Pela análise realizada dos diversos contratos celebrado pelas requerentes e juntado nos autos, portanto, verifica-se que não estão presentes os pressupostos para a consolidação substancial pretendida", escreveu o juiz Marcelo Barbosa Sacramone na sua sentença, depois de analisar a estrutura societária da QGE e todos os seus contratos de energia.

Antes disso, o juiz explicou que, numa situação em que há consolidação substancial, há necessidade de uma única recuperação judicial, para proteger os credores diante da confusão entre as personalidades jurídicas diferentes. No caso da Queiroz Galvão, contudo, há várias sociedades de propósito específico (SPEs) com credores e condições diferentes. Por exemplo, apenas uma SPE é devedora do BTG Pactual. No caso da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), são apenas duas SPEs geradoras hidrelétricas.

Todas as SPEs, segundo o juiz, possuem contas correntes individuais, contabilizações e liquidações financeiras auditadas e independentes. Por isso, não seria possível consolidar todas em uma única recuperação judicial.

Sobre o conflito de interesses, o juiz não se aprofundou em detalhes. O **Valor** apurou que, caso a Queiroz Galvão recorra da decisão, os credores devem insistir no assunto. O conflito teria como motivo o fato de que a principal credora da QGE, a gestora americana Castllake, estaria agindo como controladora da companhia desde o ano passado. Por isso, seu voto não poderia ser considerado.

Em nota, a Vientos, veículo da Castlake detentor de dívidas da QGE, disse que a decisão do juiz reafirmou a validade de sua posição de credora, e que não existe conflito de interesse. "Continuamos a avaliar as inúmeras opções disponíveis para nós", disse. Procurada, a QGE afirmou que não irá comentar a decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Regime regulatório tem de ser estável, diz especialista da PwC

O regime regulatório mais atrativo para o setor de óleo e gás natural não é necessariamente aquele que garante mais retorno aos investidores, e sim aquele que possui mais clareza e estabilidade. A opinião é de Kenny Hawsey, líder global da área fiscal de energia da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC).

"Quanto mais simplificado for o regime [regulatório], mais atrativo ele será. Mas eu também digo que atrativo não quer dizer apenas maior retorno, mas também garantir maior certeza e clareza. Quando as petroleiras olham para o negócio, elas querem um entendimento claro e estável", disse o executivo, que esteve no Brasil no último mês para encontros com clientes e apresentações para profissionais do setor de óleo e gás.

Segundo o especialista, não existe um modelo preferido entre concessão, partilha ou cessão onerosa. "Os modelos de concessão e partilha são muito bem conhecidos pelas companhias de petróleo internacionalmente".

Há duas semanas, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco criticou o modelo de partilha da produção, por ser ineficiente. "É uma intervenção que resulta em baixa produtividade", afirmou o executivo em evento, no Rio.

Questionado se o Brasil teria um modelo tributário para o setor mais complexo do que outros países, Hawsey disse acreditar que não. Segundo ele, as questões enfrentadas pelas grandes petroleiras com relação ao tema no Brasil são as mesmas em outros países.

Segundo ele, a área tributária, assim como toda a indústria de petróleo e gás natural, está passando por um intenso processo de evolução tecnológica, devido à transformação digital. Hawsey, porém, explica que esse movimento não implicará necessariamente em eliminação de empregos, e sim em mudanças nas funções dos empregados. "Se olhar o que fizemos nos Estados Unidos, com toda a transformação digital que estamos passando, não

demitimos ninguém. O que estamos fazendo é mudando os trabalhos das pessoas", disse.

Ele disse que a PwC continuará precisando de contadores e advogados, por exemplo. Mas o que muda é a qualificação desses funcionários. Eles não podem ser apenas um contador ou um advogado, por exemplo. Eles terão que agregar tecnologia e ciência de dados às suas habilidades. "Acredito firmemente que, se você não abraçar a tecnologia, você ficará para trás", completou Hawsey.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Revés em renegociação de dívidas leva Santa Terezinha à recuperação judicial

A Usina Santa Terezinha (Usaúcar), maior companhia sucroalcooleira do Paraná e uma das dez maiores do Brasil, entrou com pedido de recuperação judicial na quinta-feira após um revés nas negociações com bancos credores, conforme apurou o Valor. A companhia tem uma dívida financeira estimada em R\$ 4,6 bilhões, a maior parte em dólar (US\$ 900 milhões).

A Santa Terezinha pediu recuperação judicial ao descobrir que o Banco Votorantim, ao qual deve cerca de R\$ 150 milhões, havia entrado com três pedidos de execução na Justiça. Uma das ações, que pedia a execução de R\$ 40 milhões, chegou a ser executada via BacenJud. A usina é representada no processo pelo escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados.

A execução da dívida pelo Votorantim pegou a empresa paranaense de surpresa, já que ela estava prestes a assinar um acordo de renegociação dos termos de sua dívida com 18 bancos credores - entre eles o próprio Votorantim -, após mais de um ano de negociações. Procurado, o Banco Votorantim preferiu não comentar.

No último ano, a Santa Terezinha acordou informalmente com os bancos o não pagamento de juros e do principal da dívida enquanto negociava a reestruturação dos pagamentos. Com o pedido de recuperação judicial, a negociação com os bancos terá que recomeçar do zero.

A dívida da Usina Santa Terezinha é basicamente com bancos. Segundo uma fonte próxima à companhia, praticamente não há pagamentos em atraso com

fornecedores nem impostos vencidos, e atrasos com credores trabalhistas são pouco representativos. Nesse período em que não realizou pagamento aos bancos, a Santa Terezinha manteve seus investimentos em capital de giro e em bens de capital, segundo uma fonte próxima à empresa.

Porém, a companhia vem enfrentando problemas com falta de cana para ocupar a capacidade de suas unidades de produção diante de adversidades climáticas em sua região de atuação desde 2015. De suas 11 usinas, três não operaram na safra 2018/19. A empresa processou 14 milhões de toneladas de cana neste ciclo, mas já chegou a moer 18 milhões de toneladas na safra 2016/17.

Para a temporada 2019/20, que terá início em abril, a Santa Terezinha também suspenderá a moagem na Usina Moreira Sales. A cana da região de atuação da unidade será direcionada à Usina Tapejara. A companhia também detém o controle de dois terminais portuários (Pasa e Álcool do Paraná) e da CPA Trading.

Recentemente, a Santa Terezinha realizou mudanças em sua estrutura de governança para profissionalizar sobretudo a gestão operacional. Alguns membros da família Meneghetti, dona da companhia, saíram da diretoria e executivos de mercado foram contratados. Também foram formados "clusters" de produção, integrando as atividades operacionais de usinas geograficamente próximas.

A companhia já havia feito uma renegociação de dívidas em 2016, evitando o caminho da recuperação judicial em um momento em que várias outras companhias do segmento estavam trilhando essa via.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Data:	25/03/2019
--------------	-------------------

Seção:	Finanças
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Destaques
----------------	------------------

Lima deixa a Petros

O presidente da Petros, Daniel Lima, apresentou ao Conselho Deliberativo da entidade sua renúncia aos cargos de presidente e de diretor de Investimentos. Em carta ao Conselho, o executivo explicou que sua decisão se dá por motivos pessoais e agradeceu a oportunidade de "servir à Petros, participando do

processo de reestruturação, aprimoramento da governança, profissionalização e de capacitação das equipes técnicas". Em nota, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras informou que ainda não há definição sobre a substituição de Lima, que permanecerá exercendo suas funções até 22 de abril. O executivo ingressou na Petros em outubro de 2017 como diretor de investimentos e, em setembro do ano passado, assumiu a presidência, acumulando os dois cargos. **(Rafael Rosas)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Desinvestimento se torna mais comum para empresas

Desfazer-se de ativos, subsidiárias ou aquisições que não deram certo deixou de ser um tabu para os administradores de empresas. A prática de revisão do portfólio e de estratégia começou a entrar na rotina de companhias brasileiras e globais.

Em média, as grandes empresas brasileiras reavaliam seus ativos duas vezes por ano e algumas incluíram na pauta trimestral. Há três anos, a média era uma vez ao ano. O resultado disso tem sido uma intenção crescente em vender parte dos ativos e destravar valor - muitas vezes até para usar o capital para outra aquisição, outras para melhorar a estrutura de capital e reduzir endividamento.

"O desinvestimento era visto com admissão de falha da gestão, que comprou um ativo ou criou uma área nova que não faz mais sentido ou não agregou valor. Hoje o mercado já entende como decisão estratégica da companhia", diz Fábio Schmitt, sócio da EY. Uma das razões para isso é o entendimento das mudanças em perfis de consumo, modelos operacionais e novas tecnologias - que tornam o que fazia sentido no passado não ser mais uma necessidade ou até virar um risco no negócio.

Uma pesquisa exclusiva da EY mostra que 99% das companhias brasileiras pretendem fazer algum desinvestimento até 2021 - acima da média internacional, que já é alta historicamente, de 84%. "Desde o ano passado, o indicador global fica acima de 80% e, nos anos anteriores, ficava na casa de 50%", diz Schmitt.

A Petrobras, por exemplo, tem se voltado cada vez mais para a exploração e produção de petróleo - colocando à venda sua participação na petroquímica Braskem, na distribuidora de gás Liquigás, em refinarias e na BR Distribuidora. O propósito é reduzir endividamento e ser uma empresa mais enxuta, por

estratégia. A siderúrgica CSN tenta vender seus ativos em Portugal e na Alemanha, também por redução de endividamento.

Há ainda um ciclo natural de desinvestimentos por parte de fundos, que capitalizam uma empresa para que cresça e aumente o retorno na venda. Conforme a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), das transações de M&A com private equity no ano passado, oito foram de desinvestimento, ante três de 2017.

Aumentou na última pesquisa da EY o número de companhias e executivos que considera ter ativos que já deveria ter desinvestido - uma sinalização de que a companhia demora a tomar providências e que isso pode ter impacto no preço. O número global já é alto, tendo subido de 56% para 63%, e no Brasil é ainda superior, de 65% para 84%.

"A diferença de preço de venda pedido e do executado é em torno de 20%. É um número elevado de déficit de percepção de preço, então quanto mais a empresa preparar esse ativo, melhor negócio vai conseguir", afirma. "Tem uma relação entre valor e velocidade que tem que ser levada em consideração pelas companhias."

Um dos impactos em preço e na viabilidade do negócio é a falta de flexibilidade dos vendedores para certos modelos de venda e até de escolha de compradores. Uma dessas questões é preferir negociar com estratégicos, um formato em que as empresas acabam escolhendo com quem falar - e muitas vezes batem na trave em órgãos antitruste. "Há uma falácia de que fundos de private equity pagam múltiplos menores do que compradores estratégicos. Isso não é verificado nos números", ressalta o executivo.

Em 2017, por exemplo, compradores estratégicos pagaram múltiplo médio global de 10,1 vezes a geração de caixa, enquanto os fundos de participação chegaram a 10,3 vezes. No ano passado, ambos tiveram média de 11 vezes. Pouco mais da metade dos executivos concorda que a falta de flexibilidade na negociação - seja para a estrutura do negócio, para a forma de pagamento ou outros - assustou compradores e atrasou o fechamento de suas vendas. "Quando a empresa flexibiliza o pool de compradores tem que entender que eles vão ter necessidades diferentes, pedir outro tipo de informação, tentar manter ou não a equipe atual", diz Schmitt.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/03/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: Tora investe em frota para crescer 14% neste ano**

A Tora Transportes, especializada na movimentação de produtos siderúrgicos, deve investir R\$ 125 milhões neste ano em frota e em tecnologia. Janaina Araújo, presidente da empresa, explicou que a maior parte dos recursos serão usados na renovação de sua frota de caminhões e equipamentos de movimentação.

"De acordo com o nosso orçamento, R\$ 100 milhões serão aplicados na renovação de frota e os outros R\$ 25 milhões em um novo serviço para a contratação de caminhoneiros autônomos", afirmou a executiva ao **Valor**.

Segundo ela, o planejamento da companhia prevê a aquisição de 180 caminhões, de 30 a 40 carretas e entre 70 a 80 equipamentos de movimentação.

Hoje, a Tora mantém uma frota de 450 caminhões que transportam por mês 500 mil toneladas de produtos em 13 mil viagens. "60% de nossa movimentação é de produtos siderúrgicos, o restante se divide entre carga geral, minério, papel e celulose, automotivo."

Com isso, a Tora mantém uma carteira de clientes diversificada e conta com empresas como as siderúrgicas Usiminas, ArcelorMittal, Gerdau, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Votorantim Metais. Além da Braskem, Novelis e Fiat Chrysler Automobiles (FCA).

O reforço nos investimentos tem uma razão. Segundo Janaína, os recursos aportados devem suportar o crescimento da transportadora. Para este ano, explicou, a expectativa é alcançar um faturamento de R\$ 760 milhões, o que representa 14% a mais que em 2018.

"Melhoramos os nossos indicadores nos últimos anos. Crescemos em média 10% ao ano. Com isso, somente com o crescimento vegetativo, a nossa expectativa é chegar a R\$ 1 bilhão de faturamento em no máximo três anos", ressaltou Janaína.

Porém, a executiva contou que a companhia está atenta ao mercado e deve partir para aquisições. "É um projeto que está em curso na Tora. Estamos de olho em empresas que possam complementar o nosso portfólio. Ainda não temos nada no radar, olhamos se é um negócio viável. Se for, vamos atrás", afirmou, acrescentando que se as aquisições acontecerem ainda neste ano "como se imagina", o faturamento de R\$ 1 bilhão será alcançado em menos tempo.

Outro investimento da transportadora mineira em curso é uma parceria que firmou com a TruckPad para viabilizar um novo serviço de contratação de fretes autônomos. Nesse sistema, foram investidos R\$ 25 milhões. "A nossa expectativa é crescer significativamente no mercado de autônomos e chegar a mercados que hoje não atendemos."

Ela explicou que a grande operação com terceiros da Tora, que contrata cerca de 3 mil carreteiros (transportadores autônomos de cargas) por mês, passará a ser realizada por um sistema digital criado pela equipe do TruckPad.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Governo vai dividir R\$ 17 bi de recursos do pré-sal com Estados e municípios

Socorro. Equipe econômica transferirá parcela ainda não definida do Fundo Social, que é abastecido com recursos da exploração do petróleo e hoje pertence 100% à União, para os governos regionais, a partir de 2020; fundo foi criado para ser "poupança" do País

A equipe econômica bateu o martelo e vai transferir parte dos R\$ 17 bilhões do Fundo Social, abastecido com recursos do pré-sal, para Estados e municípios a partir de 2020. O fundo foi criado em 2010 para ser uma poupança do governo, que ajudaria a financiar o desenvolvimento do País quando o dinheiro vindo do petróleo diminuísse. Os R\$ 17 bilhões são uma projeção da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para os recursos obtidos com a exploração do óleo este ano, segundo o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior.

Mas o fundo pode ter mais dinheiro, em função do leilão do petróleo da área da cessão onerosa e dos excedentes. Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o

acordo da cessão onerosa, que permitiu à estatal a exploração de 5 bilhões de barris de petróleo na Bacia de Santos. À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A expectativa do governo, porém, é que a área pode render mais 6 bilhões de barris. A União quer fazer um leilão do volume excedente, previsto para 28 de outubro. Hoje, 100% do Fundo Social pertence à União. O percentual que será transferido para Estados e municípios em 2020 não foi definido, mas a ideia é aumentar essa parcela até chegar a 70%, segundo apurou o Estado, em um período de 20 anos.

No curto prazo, o governo negocia uma ajuda para os Estados com uma combinação de mais recursos da Lei Kandir e um novo programa de socorro que antecipa receitas. O Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF), como vem sendo chamado o projeto, vai dar uma saída para que governadores consigam dinheiro novo, antecipando recursos que serão obtidos ao longo do mandato em troca da aprovação de medidas de ajuste fiscal que terão de ser aprovadas pelas Assembleias Legislativas. Oxigênio. Waldery já comunicou a decisão de fazer a divisão do pré-sal via Fundo Social aos secretários de Fazenda, em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem insistido que a distribuição de recursos será um "balão de oxigênio" para Estados e municípios.

Diferente do bônus de assinatura do leilão, que é uma receita recolhida uma só vez, a divisão por meio do Fundo Social representa recursos no caixa todo mês, por muitos anos. "Estamos priorizando o déficit da Previdência, e dissemos ao governo que aceitamos carimbar essa fonte para insuficiência previdenciária", disse o governador do Piauí, Wellington Dias. Para o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, o acordo entre União, Estados e municípios é melhor do que a aprovação do projeto no Senado. Segundo ele, os governadores devem vir a Brasília esta semana para debater o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Política

Autor: C.T. e TEO CURY BRASÍLIA

Título: Audiências testam desgaste do Executivo

Oito ministros serão sabatinados no Congresso após a troca de farpas entre Maia e Bolsonaro sobre articulação política

Com as relações entre Executivo e Legislativo estremecidas, oito ministros devem ser sabatinados nesta semana em comissões no Congresso, o que deve servir de teste para o governo medir o tamanho do desgaste político do desentendimento público entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da

Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Nos últimos dias, Bolsonaro e Maia discutiram publicamente sobre de quem deve ser a responsabilidade pela aprovação da reforma da Previdência. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, até tentou organizar um encontro entre os dois ontem, mas Maia disse ao Estadão/Broadcast que "prefere esperar".

As audiências públicas com ministros podem se transformar numa frente de ataques se o governo não tiver base aliada para impedir que a oposição domine a audiência com perguntas direcionadas a constranger o convidado. No dia mais delicado, quarta-feira, 27, oito ministros estarão no Congresso em comissões temáticas. Não é comum tantos ministros num mesmo dia no Legislativo, o que já indica falha na base de apoio, que não conseguiu evitar os convites aos titulares do primeiro escalão. O primeiro teste será na véspera, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, irá pela primeira vez na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) para falar sobre a reforma da Previdência e a proposta de aposentadoria para os militares, que acompanha um polêmico plano de carreira.

Deputados da oposição e até mesmo governistas preparam uma série de perguntas incômodas ao "superministro" de Bolsonaro – que já foi alertado que a audiência pode virar um "corredor polonês". No dia seguinte, Guedes volta ao Congresso, desta vez na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para discutir diretrizes da política econômica. Nesse caso, o ambiente será menos hostil. O ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública), que deve participar de audiência pública com os senadores na quarta-feira na CCJ, também deve ser alvo de questionamento dos parlamentares. "Dentro do pacote dele a coisa que eu acho mais sensível é dar condição de a polícia, no enfrentamento, matar e não dar satisfação ao Ministério Público e à corregedoria. Ou então vai ser uma brincadeira", disse o senador Otto Alencar (PSD-BA).

Convites. Além de Guedes e Moro, os **ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Luiz Henrique Mandetta (Saúde), Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional), Ricardo Vélez (Educação), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) participarão de audiências públicas com parlamentares na quarta. Na terça, Albuquerque participa de uma sabatina no Senado. O PSB havia protocolado requerimento de convocação de Guedes, mas o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), conseguiu transformar o chamamento em um convite – uma medida menos impositiva.

O deputado João Campos (PSB-PE) disse que a ideia é atacar os pontos mais polêmicos da reforma da Previdência, incluindo as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e na aposentadoria rural, além de pedir mais explicações sobre onde e

como os recursos com a economia prevista – de mais de um R\$ 1 trilhão – serão aplicados. O líder do PSL na Câmara, deputado Delegado Waldir (GO), sinalizou que até a sigla de Bolsonaro irá cobrar explicações aos ministros sobre a proposta de reestruturação da carreira dos militares. "O governo deixou a reforma para a Câmara fazer mudanças. Agora ele quer uma economia de R\$ 1 trilhão ou só 10% disso?", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Política

Autor: Renata Batista / RIO

Título: Plantonista manda soltar segundo preso temporário

A desembargadora Simone Schreiber, plantonista do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, determinou na tarde de ontem a libertação de Carlos Jorge Zimmermann. Foi o segundo preso da Operação Descontaminação a ter o pedido de habeas corpus acatado. Na ação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na semana passada, foram levados à cadeia o ex-presidente Michel Temer, o ex-ministro de Minas e Energia Moreira Franco e outras oito pessoas. No despacho, a desembargadora estende a Zimmermann a decisão que libertou no sábado Rodrigo Castro Alves Neves.

Os dois tinham sido presos em caráter temporário, diferentemente dos outros oito presos na operação, inclusive Temer e Moreira Franco, cujas reclusões são preventivas. Zimmermann e Neves são acusados de receber recursos da Eletronuclear por meio de contratos fictícios e repassar para o ex-presidente. A desembargadora entendeu que prisões temporárias e preventivas para efeito de interrogatório de investigados, conforme justificado pelo juiz Marcelo Bretas, são inconstitucionais. Para ela, ferem igualmente os princípios de não autoincriminação e de presunção de inocência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BARÃO DE COCAIS

Título: Sob risco de barragem romper, Barão de Cocais entra em estado de vigília

Tragédia. Alerta máximo do reservatório Sul Superior da Vale traz tensão e medo a cerca de 6 mil moradores de cidade mineira, que já se preparam para ter de abandonar suas casas; outros dois municípios podem ser atingidos se rompimento ocorrer

Dois meses após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) – tragédia que soma 212 mortos e outras 93 pessoas que ainda estão desaparecidas sob a lama de rejeitos de minério – a cidade de Barão de Cocais, onde outra barragem da Vale está em risco iminente de rompimento, vive um estado de vigília. Desde 8 de fevereiro, com a subida para o nível de segurança 2 da barragem Sul Superior, da mina de Gongo Soco, cerca de 6 mil dos 28 mil moradores da cidade, habitantes das margens do Rio São João, têm dificuldade para dormir.

Em caso de rompimento, a lama de rejeitos descerá pelo curso d'água. A partir de sexta-feira, com nova elevação do nível de segurança da estrutura, agora para 3, o mais alto, que significa ruptura iminente ou em andamento, o temor se intensificou. Moradores que poderão ser atingidos chegam a manter o carro pronto na garagem com documentos, álbum de formatura de filhos e lembranças da residência que pode ser destruída. Maria Oliveira Coluna, de 52 anos, que mora às margens do rio, na região central da cidade, conta que está em pânico. Ela afirma ter feito a única coisa que poderá levar consigo se tiver que deixar sua casa. "Fiz um vídeo. Gravei tudo na minha casa.

Até as plantas. Ao vê-lo depois, se eu tiver mesmo que ir embora, vou lembrar da vida que tive e arrancaram de mim." Outra moradora da cidade com casa às margens do rio, a dona de casa Edna Aparecida Oliveira Silva, de 60 anos, decidiu se preparar para a partida a qualquer momento, levando tudo o que não pode deixar para trás. "Já disseram que a gente não vai ter tempo de pegar nada, então coloquei no porta-malas do carro o álbum de formatura da minha filha, algumas lembranças da casa e documentos."

Adriana Aparecida Dutra, de 37 anos, transformou o carro praticamente em um guarda-roupas. "Aqui ninguém aguenta mais. Tem hora que dá vontade de ver essa barragem ruir, para acabar com isso de vez." Ela conta que alguns conhecidos já abandonaram suas casas. "Uma família de Mariana, que tinha uma parente de 90 anos vivendo aqui, a levou embora", diz. Placas indicando rotas de fuga foram instaladas na cidade. Com temor, um grupo de moradores faz vigília à noite em uma das pontes sobre o Rio São João. "Eles dormem de dia e ficam lá à noite", conta Edna. Sem volta. A elevação do nível de segurança da barragem da Vale em Barão de Cocais fez com que a agente de saúde Isabel Cristina Batista, de 45 anos, perdesse por completo a esperança de voltar para casa.

Isabel morava no distrito de Socorro, o mais próximo da represa, e foi retirada de casa no dia 8 de fevereiro. Na ocasião, cerca de 500 pessoas que moravam na chamada zona de autossalvamento (ZAS) foram retiradas das suas casas. Essas moradias, que ficam a uma distância de até 10 km da barragem, seriam atingidas muito rapidamente em caso de rompimento. Já os moradores do

centro seriam atingidos em cerca de 1 hora, o que, segundo a Defesa Civil, é tempo suficiente para evacuar todo mundo em risco. Isabel, que morava no distrito com o filho, a irmã, o pai e a mãe, está agora em um hotel em Santa Bárbara, junto com todos os parentes. "A situação piorou. Quando disseram que a barragem seria descomissionada, achamos que poderíamos voltar. Agora, com essa incerteza, acho difícil", afirma.

A Defesa Civil concluiu ontem um plano de salvamento para o caso de a barragem se romper. Com base em novos cálculos, o órgão estimou que 6.054 moradores de Barão de Cocais, em vez dos 9 mil anunciados anteriormente, terão de ser evacuados. Mas um eventual rompimento pode atingir também duas outras cidades: Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo. Somando as três cidades: cerca de 9,8 mil pessoas teriam de ser tiradas de suas casas. De acordo com a Defesa Civil de Minas Gerais, o tempo para que a lama atinja Santa Bárbara é de 3h06. A São Gonçalo do Rio Abaixo, os rejeitos chegam 6 horas após o rompimento. As três cidades passarão por simulados de rompimento da barragem nos próximos dias. O de Barão de Cocais ocorre hoje.

O Ministério Público de Minas enviou ontem duas petições à Justiça. Na primeira, requer que a Vale "se responsabilize pelo abrigamento e acolhimento de pessoas e animais", prestando toda a assistência às famílias desabrigadas. Em outra, pediu o bloqueio de R\$ 120 milhões da Vale para realização de auditoria técnica para garantir a segurança de barragem. A promotoria afirma que, apesar de ter pedido à empresa, ainda não há certeza sobre a condição das estruturas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Empresas questionam remoção de estrutura abaixo de barragens

Gigantes da mineração e da Energia alegam à Aneel dificuldades em fazer algumas mudanças em hidrelétricas

Um grupo de 13 gigantes dos setores de mineração e geração de Energia tem questionado uma exigência que passou a ser feita após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, no dia 25 de janeiro: a remoção de toda estrutura operacional que concentrar funcionários abaixo de suas barragens. O Estado teve acesso a uma carta da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), que inclui entre seus associados a própria Vale e a Samarco Mineradora, protagonista da catástrofe de Mariana, em 2015.

No documento enviado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a associação questiona os impactos da medida que foi instituída pelo governo federal a partir do Conselho Ministerial de Supervisão e Resposta a Desastres, coordenado pela Casa Civil. A Abiape afirma que "algumas estruturas têm de ficar alocadas na região do barramento (pois são componentes essenciais ao próprio empreendimento e de apoio à operação) e não podem ser removidas por serem inerentes as atividades de operação". Por esse motivo, a associação diz que "percebeu que alguns pontos do ofício precisavam ser melhor esclarecidos".

No dia 15 de março, a Aneel realizou uma reunião com a associação para tratar do assunto e das mudanças necessárias que precisam ser feitas, especificamente, em usinas hidrelétricas, que são o tipo de barragem fiscalizado pela agência. O prazo para que as empresas apresentassem seus planos de "remoção de instalações de suporte" às suas barragens venceria na última sexta-feira. As empresas pediram que o prazo fosse esticado até 30 de abril, mas a Aneel concordou em estender somente até o dia 19 de abril.

Questionado sobre o assunto, o vice-presidente da Abiape, Cristiano Abijaode Amaral, disse que, devido ao volume de dúvidas que as empresas tinham e, pelo fato de alguns associados terem muitas usinas, o prazo original tinha ficado muito apertado. "Não significa que não estamos fazendo. Estamos elaborando todos os planos, agora com as dúvidas equacionadas", disse Amaral.

Justificativa. O representante afirmou, porém, que há situações em que, segundo as empresas, a remoção seria desnecessária. "Tem barragens, por exemplo, que ficam a dez quilômetros de distância da casa de máquinas (da hidrelétrica), onde tem um almoxarifado, uma oficina. No caso de um acidente numa barragem dessas, você tem tempo de evacuação, desde que o plano de comunicação e o sistema de comunicação atuem", declarou. Ele disse ainda que havia dúvidas sobre a remoção de demais estruturas erguidas abaixo dos barramentos, com áreas reservadas para peixes e viveiros de plantas.

Após a reunião com a associação, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) da Aneel reforçou a determinação da nova lei, regra que tem o objetivo de "resguardar a integridade de trabalhadores dos empreendimentos hidrelétricos, realizando, assim, a remoção de instalações de suporte aos empreendimentos localizados na área de influência das barragens". A agência declarou que as estruturas de apoio, após o início da operação da usina, deverão ser removidas, permanecendo apenas as estruturas e

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 25/03/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Joana Cunha**Título:** no cano**PAINEL S.A.**

O setor de gás natural alcançou, em janeiro, 3,5 milhões de consumidores no país, segundo a Abegás (associação das distribuidoras).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 25/03/2019**Seção:** Tendências/Debates**Autor:** Romeu Zema**Título:** Brumadinho: ações atuais e para o futuro

Esforço conjunto ajudará Minas a superar tragédia

Governador de Minas Gerais (Novo) e administrador de empresas pela FGV-SP

Dia 2 de março de 2019. Sábado de Carnaval. Naquele momento, 116 dos nossos honrados bombeiros militares de Minas Gerais mantinham o ritmo de buscas em dezenas de frentes de trabalho montadas em Brumadinho, na maior operação de busca e salvamento já realizada no Brasil. Agora, quando completamos dois meses do desastre, as atividades continuam intensas e na mesma dinâmica.

Como registrado em texto assinado pelo tenente Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros, publicado na Agência Minas, nestes dois meses após o rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, quase 2.000 bombeiros militares já passaram pelo local.

E, para dar início à maior operação interagências já realizada no país, de imediato, instituí o gabinete de crise para organizar a atuação orquestrada na região atingida com mais de 55 órgãos públicos. Do governo de Minas são 25 instituições.

Os bombeiros mineiros contaram com o apoio de colegas de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Sul, além da Força Nacional, Forças Armadas e do Exército de Israel. A todos, em nome de Minas Gerais, agradeço por estarem conosco em hora tão difícil.

Segundo atualização da Defesa Civil mineira, órgão diretamente vinculado ao gabinete do governador, já tinham sido registradas mais de 200 mortes e ainda há aproximadamente uma centena de pessoas desaparecidas. Temos consciência de que nada do que for feito será suficiente para suprir a perda de vidas.

Mas cabe a nós, representantes do poder público mineiro, zelar pelas condições de apuração exemplar das responsabilidades sobre o rompimento e trabalhar para que haja punição severa aos responsáveis.

O Estado, por meio da Advocacia-Geral, agiu rápido desde o primeiro dia e conseguiu o bloqueio bilionário de recursos da Vale para assegurar que as famílias afetadas sejam amparadas e que os custos do governo estadual, que passa por profunda crise financeira, sejam ressarcidos.

Porém, estamos falando de perdas de mais de duas centenas de vidas. Esse fato nunca poderá ser reparado ou ressarcido. Por isso, nossa total atenção aos familiares das vítimas. Equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social estão atuando em Brumadinho desde as primeiras horas após o rompimento, assim como a nossa Secretaria de Agropecuária tem acompanhado a população rural que vive à margem de áreas atingidas pelo rejeito.

Para identificar as vítimas, os policiais civis mineiros também atuam intensamente na operação. Temos 88 médicos legistas que trabalham no reconhecimento dos corpos. Eles aplicam conhecimentos de ponta, como verificação de DNA, assimilados na Academia de Polícia Civil (Acadepol).

Fizemos parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais para haver um cartório no Instituto Médico Legal (IML) e agilizar a liberação da identificação das vítimas.

Na esfera investigativa, a Polícia Civil tem trabalhado de forma conjunta com o Ministério Público. Na Delegacia de Meio Ambiente transcorre a investigação das causas do rompimento, e o nosso compromisso público é que as responsabilidades sejam atribuídas exemplarmente, a começar pelas prisões já expedidas.

Na esfera ambiental, serão desativadas todas as barragens construídas a montante em Minas. De forma ágil e em consonância com os anseios da sociedade organizada, sancionamos na íntegra o projeto de lei vindo da Assembleia Legislativa e que vai trazer mais segurança.

Com o olhar para o futuro, continuamos agindo no presente e buscando respostas para o fato ocorrido há dois meses e que causou o maior número de vítimas de desastre em Minas. A operação não possui previsão de término.

Temos uma imprevisibilidade sobre o encerramento, mas um fato já é taxativo: a prioridade para ações governamentais coordenadas, sérias e rígidas para impedir que novos desastres, como de Mariana e de Brumadinho, ocorram.

E vejo na garra e eficiência dos que atuam na operação o exemplo para resolvermos nossos problemas. Com todos trabalhando em harmonia para uma mesma causa: restaurar Minas Gerais. Das tragédias ambientais e da falência financeira, que, infelizmente, também nos assola.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Mercados

Autor: Nicola Pamplona e Fernanda Canofre

Título: Minas paradas já afetam cidades dependentes

Entre insegurança das barragens e perdas de receitas, municípios temem fechamento de unidades e desemprego

RIO DE JANEIRO E BELO HORIZONTE- As restrições à operação de barragens de minério após a tragédia de Brumadinho (MG) começam a ter impactos em economias locais. Cidades dependentes das mineradoras já temem fechamento definitivo de minas, perda de arrecadação e corte de empregos.

Considerado o maior desastre ambiental brasileiro, o rompimento da mina da Vale completa dois meses nesta segunda-feira (25). Equipes de resgate somam 212 mortos e continuam em busca de 93 desaparecidos.

Após a tragédia, autoridades reforçaram a fiscalização de barragens e determinaram a suspensão de operações em diversas minas no estado.

A Vale parou minas com capacidade para produzir 82,2 milhões de toneladas por ano. O volume equivale a 20% da produção da mineradora e é todo concentrado em Minas Gerais.

A Itaminas também teve de suspender suas operações em Sarzedo (MG), a 34 quilômetros de Belo Horizonte.

Os impactos da crise atingem desde economias locais à balança comercial do país, que tem no ferro um dos principais produtos de exportação. Nas três primeiras semanas de março, o volume exportado caiu 10,5% em relação à média diária de fevereiro.

“Se não voltar isso aqui, eu vou embora. Vou para os Estados Unidos, sei lá, vou catar alguma coisa para fazer. Tenho dois filhos e preciso garantir o sustento deles”, diz o motorista Adriano de Oliveira, 36, morador de Sarzedo (MG).

Ele trabalhava havia três anos para uma terceirizada transportando a produção da Itaminas e recebeu aviso de demissão há cerca de um mês. Oliveira diz temer que o lugar vire uma cidade fantasma sem as operações.

“O município cresceu em torno da mineração, quase 60 anos em torno dela”, diz o prefeito de Sarzedo, Marcelo Pinheiro (PR). “Difícil ver uma família da região que não tenha vínculo com mineração.”

A paralisação das atividades da Itaminas foi definida pela Justiça até que a empresa ateste a segurança de barragens.

No caso da Vale, houve também cortes voluntários de produção para desativar barragens semelhantes à de Brumadinho.

A situação afeta fornecedores e clientes das mineradoras, porque têm levado a empresa a tentar priorizar o exterior.

Duas siderúrgicas no Espírito Santo, a CBF e a Santa Bárbara, tiveram problemas para receber o produto.

A primeira chegou a ter a produção interrompida em fevereiro por causa da suspensão no abastecimento. A segunda diz que a Vale vem entregando produto de qualidade diferente do usual, o que gera aumento de custos.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo, 45% dos trabalhadores da CBF chegaram a receber aviso prévio, mas as entregas foram restabelecidas após ameaças de fechar a ferrovia que leva o minério ao porto de Vitória.

“A empresa tem 33 anos de operação e o único fornecedor que teve foi a Vale, que tem o monopólio do transporte de minério”, diz o sindicalista Roberto Pereira. “Senão tem para o Brasil, também não vai ter para gringo”, afirma.

A preocupação com a suspensão das operações colocou em lados opostos a Amig (Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais) e a Vale, principal fonte de receita para as prefeituras dependentes do setor.

“Não sabemos se daqui a 60 dias vamos ter nem sequer a Cfem [contribuição financeira pela exploração de recursos minerais, espécie de royalties]”, diz o consultor da associação Waldir Salvador.

Das 20 cidades brasileiras com orçamento mais dependente dos royalties da mineração, 13 ficam em Minas Gerais.

Sarzedo já sente o buraco no caixa. “Nós já não recebemos os royalties [de dezembro da Itaminas], e isso vai impactar muito a prefeitura”, afirma Pinheiro.

Pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) calculam que o corte de 40 milhões de toneladas de minério pode reduzir no curto prazo em 0,47% o PIB (Produto Interno Bruto) do estado e em R\$ 575 milhões a arrecadação.

O estudo considera apenas o corte de produção voluntário anunciado pela Vale.

Pela simulação projetada no estudo, nos próximos dois a três anos, o estado deixaria de gerar 15 mil empregos. A Vale diz que não vai demitir.

Para uma das autoras do estudo, os municípios podem começar a sentir efeitos na oferta de serviços público. “Ainda mais em um momento de crise fiscal do estado de Minas Gerais”, diz Débora Freire.

A Amig estima que a paralisação definitiva de 40 milhões de toneladas pode afetar 65 mil empregos diretos e indiretos e ter impacto negativo de R\$ 7,7 bilhões na balança comercial.

Procurada, a Vale não quis dar entrevista. Itaminas e CBF não retornaram aos pedidos de informações.

Autoridades pedem economias locais mais diversificadas

Especialistas e autoridades locais concordam sobre a necessidade de reforçar a segurança das barragens de minério após dois desastres ambientais em pouco mais de três anos — no fim de 2015, uma barragem da Samarco em Mariana (MG) se rompeu matando 19 pessoas e deixou um rastro de lama até o litoral do Espírito Santo.

Eles pedem, porém, coordenação entre o setor e governos federal e estaduais para impedir os impactos econômicos.

“A coisa está sem rumo, sem liderança. Quem é que está discutindo isso a bem do país?”, diz Waldir Salvador, consultor da Amig (Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais).

“A empresa tem de dar segurança, tem de dar toda a tranquilidade à população com a barragem, mas também não podemos criminalizar a atividade minerária,

porque crescemos em torno da mineração”, diz o prefeito de Sarzedo, Marcelo Pinheiro (PR).

A nota técnica de especialistas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) reforça a necessidade de diversificação das economias locais para enfrentar a atual dependência do minério de ferro nas cidades.

Salvador propõe como alternativa um fundo com recursos dos royalties para investimento em outras atividades econômicas.

Após o rompimento em Brumadinho, a ANM (Agência Nacional de Mineração) apresentou mudanças na regulação para eliminar as barragens com alteamento a montante até, no máximo, 2023.

Consulta pública sobre as novas regras foi encerrada na semana passada e recebeu 51 contribuições. A agência agora vai compilar as sugestões para finalizar o processo.

A Vale recebeu autorização para retornar as operações na mina de Brucutu, sua maior operação no estado, mas teve de interromper as operações na mina de Alegria.

O volume de produção suspenso passará a ser de 62,8 milhões de toneladas a partir desta semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/03/2019

Seção: Poder

Autor: Daniel Mariani e Fábio Takahashi

Título: Com prisão de Temer, Lava Jato do Rio retoma linha de investigação parada

Força-tarefa fluminense vinha se concentrando em apurações que envolviam Sérgio Cabral (MDB)

São Paulo- A prisão do ex-presidente Michel Temer (MDB) na quinta-feira (21) marcou a retomada da Lava Jato do Rio de Janeiro em um núcleo de investigação que estava praticamente parado desde 2016.

Nos últimos dois anos, os procuradores da força-tarefa fluminense e o juiz federal Marcelo Bretas vinham se concentrando nas acusações envolvendo o ex-governador Sérgio Cabral (MDB).

Criada em 2016, a força-tarefa da Lava Jato no Rio é responsável por 44 processos penais, com 296 denunciados.

Cabral foi denunciado 29 vezes — é o mais presente nessas ações do Ministério Público Federal no Rio.

A denúncia é o estágio em que os procuradores acusam formalmente os investigados. A Justiça pode acatar ou não.

As denúncias contra o ex-governador são variadas. Em uma delas, Cabral já foi condenado por ter recebido propina por obras no estado (expansão do metrô, reforma do Maracanã, PAC Favelas e outros). Também foi condenado por lavagem de dinheiro. Ele está preso desde 2016.

Essas investigações vinham sendo o foco da Lava Jato no Rio até a semana passada, quando a justiça acatou pedido do Ministério Público para prender Temer, o ex-ministro Moreira Franco e mais oito.

Todos são suspeitos de participar de um esquema de corrupção na construção da **usina nuclear de angra 3**.

A análise dos denunciados até agora, nas diversas ações da Lava Jato do Rio, indica que esse grupo de acusados não tem ligação com as investigações que envolvem Cabral. Os denunciados por suposta corrupção na usina não aparecem nos demais processos.

Esse braço de investigação que envolve Temer foi alvo da primeira ação da Lava Jato no Rio, em 2016, num desdobramento de Curitiba.

À época, o ex-presidente ainda não havia sido mencionado. Mas já havia denúncia contra um personagem central nessa investigação, o ex-presidente da Eletronuclear, estatal responsável por angra 3, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Segundo os procuradores, Othon era uma pessoa da confiança de Temer e garantia o esquema de corrupção. O ex-presidente nega as acusações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: "Nem a pau, Juvenal"

Paulo Guedes abateu no nascedouro a ideia de um grupo de empresários para criar uma espécie de "Gasbras". Seria usar recursos do pré-sal para a construção de gasodutos.

A terra treme na Lava-Jato

Os advogados cariocas Carlo Huberth Luchione, Daniela Laboragine e Michele Aguiar da Costa entraram na OAB com uma representação "ético-disciplinar" contra o colega Nythymar Dias Ferreira Filho, 28 anos. Dono de um pequeno escritório no bairro de Campo Grande, ele se transformou numa espécie de menino prodígio da advocacia na Lava-Jato, tendo assumido, no lugar de outros colegas, a defesa de clientes importantes - o mais recente é o empreiteiro Fernando Cavendish. Também tentou assumir a defesa de Cabral.

A acusação contra ele é de "cooptação indevida de clientes que tinham outorgado instrumentos de procuração a advogados previamente constituídos". Na lista de testemunhas estão os sócios da VW Refrigeração (Marco Aurélio Barreto e Marco Aurélio Vianna), **investigados no caso de angra 3**. Também foram arrolados como testemunhas os advogados Rodrigo Henrique Roca Pires e André Perecmanis, cujos clientes também teriam sido procurados por Nythymar "vendendo facilidades".

Na representação consta ainda que "circulam rumores no meio da advocacia criminal que na ilegal cooptação estaria inclusive sendo aventada uma possível "aproximação" com o juiz e promotores da força-tarefa da Lava-Jato". Calma, gente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/03/2019

Seção: O País

Autor: MANOEL VENTURA E DANIEL GULLINO BRASÍLIA

Título: Limites na tesoura

Governo cortará 159 cargos, e não os 21 mil prometidos

O corte de 21 mil cargos, funções e gratificações anunciado em 13 de março pelo presidente Jair Bolsonaro não terá como consequência a exoneração de funcionários e trará uma economia aos cofres públicos de apenas R\$ 195 milhões por ano, considerada baixa por especialistas. O detalhamento do decreto foi obtido por O GLOBO com o Ministério da Economia.

A medida está entre as 35 metas dos primeiros cem dias de governo apresentadas em janeiro pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Embora tenha falado da importância de enxugar a máquina pública, o governo

cortará apenas 159 cargos. O resto estará focado em funções (17.349) e gratificações (3.492).

Esses adicionais são pagos a servidores efetivos do governo federal por desempenharem algum papel além do qual ele foi aprovado em concurso público. É, por exemplo, um cargo de coordenação de curso em uma universidade federal.

Atualmente, a União tem 131 mil cargos, funções e gratificações. Em média, cada uma delas custava R\$ 570,79 para o governo federal. Por isso, o resultado final da medida tem efeito reduzido. Para efeito de comparação, só em janeiro, o governo gastou R\$ 8,6 bilhões com pessoal civil ativo do Poder Executivo.

Além disso, vários cargos, funções e gratificações que o governo anunciou ter cortado imediatamente no início do ano não estavam sequer ocupados. Do total de 21 mil, 6.587 (ou 31,4%) já estavam vagos quando o decreto foi assinado por Jair Bolsonaro.

EDUCAÇÃO NO TOPO

Os cortes serão escalonados durante o ano. A partir de 30 de abril, a meta do governo é de extinguir mais 2.001. Outros 12.412 serão encerrados depois de 31 de julho.

Para Nelson Marconi, professor da FGV-SP, não houve uma economia efetiva, mas sim um corte de eventuais gastos, que poderiam ou não existir.

— Eles estimavam que, caso a posição fosse preenchida, ela geraria uma despesa. Como esse "cargo" não vai existir mais, não vai existir o gasto. Ou seja, o corte de despesa efetiva não ocorreu. — avalia. — O governo sempre corta cargos vagos dizendo que isso vai gerar uma economia, mas tudo acaba sendo mais ilustrativo de uma intenção.

O Ministério da Educação foi o mais afetado pelo decreto. Foram cortados 13.916 cargos, o que representa 22,7% do total da pasta. O Ministério da Economia perdeu 18% das funções para seus servidores, o que representa o corte de 4.845 cargos e adicionais. Em terceiro, o Ministério da Justiça foi atingido com 1.018 cortes.

A partir daí, nos outros ministérios, a tesoura afetou menos de 500 vagas. Em algumas pastas a redução foi mínima: o **Ministério de Minas e Energia** e a Controladoria-Geral da União, por exemplo, tiveram cortes de apenas três funções. Já outros três ministérios não foram atingidos pelo decreto presidencial: Banco Central; Mulher, Família e Direitos Humanos; e Turismo.

Embora o decreto não traga resultados fiscais imediatos, Margarida Gutierrez, professora do Coppead/UFRJ, considera que qualquer corte de cargos é positivo, devido ao tamanho da máquina pública. Ela sugere um melhor acompanhamento dos servidores, para decidir onde e de que forma investir recursos.

— Cortar comissões é sempre uma coisa boa em um Estado tão inchado. É preciso começar a pensar métricas para avaliar o desempenho dos servidores. Não é para puni-lo, é para ver se realmente a alocação dos recursos está correta. Tem lugar que está faltando e lugar que está sobrando — opina Margarida.

Em nota, o Ministério da Economia ressaltou que a abrangência do decreto foi discutida com os principais ministérios afetados, "buscando melhorar a eficiência dos recursos alocados".

A pasta informou ainda que "foram tomados vários cuidados na composição dos cortes para não comprometer a prestação de serviços. Foram priorizados cargos, funções e gratificações vagos, de baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos para servidores efetivos de nível auxiliar, para os quais o Executivo federal não realiza mais concursos públicos".

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Outro preso de operação contra ex-presidente é solto

TRF-2 acatou habeas corpus em favor de Carlos Jorge Zimmermann; desembargadora alegou que se tratava de prisão temporária

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) acatou ontem pedido de habeas corpus em favor de Carlos Jorge Zimmermann, um dos detidos na Operação Descontaminação, desdobramento da Lava-Jato, que prendeu preventivamente o ex-presidente Michel Temer. Ele foi o segundo preso na operação colocado em liberdade no fim de semana.

A desembargadora Simone Schreiber estendeu os efeitos da liminar concedida por ela, no último sábado, a Rodrigo Castro Alves. Na decisão, segundo o G1, a desembargadora destaca que a ordem só foi concedida por se tratar de prisão temporária, sendo, portanto, diferente da situação dos acusados cujos habeas corpus serão julgados na quarta-feira pelo TRF-2.

Zimmermann é acusado juntamente com os outros presos de formar uma organização criminosa liderada por Temer, que atuou na construção da usina nuclear de Angra 3, na Costa Verde, praticando crimes de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de capitais e fraudes à licitação. Ele é ex-funcionário da Engevix e representava a empresa finlandesa AF Consult no Brasil na época da licitação para o contrato de Angra 3.

ATÉ CINCO DIAS NA PRISÃO

Diferentemente de Michel Temer, que está em prisão preventiva, Carlos Jorge Zimmermann e Rodrigo Castro Alves estavam em prisão temporária, que poderia ter a duração de cinco dias. Alves é ex-sócio do ex-presidente do Senado, Eunício Oliveira, em uma empresa da área de terceirização de mão de obra.

Os pedidos de habeas corpus de Temer, que está na Superintendência da Polícia Federal no Rio, do seu amigo João Baptista Lima Filho —o coronel Lima, apontado como operador do ex-presidente —e do ex-ministro da Aviação Moreira Franco serão julgados na quarta-feira desta semana pelos desembargadores da primeira turma especializada do TRF-2

Temer tem preferido ficar em silêncio em depoimento aos procuradores. Durante o fim de semana passado, o ex-presidente não recebeu visitas até o fim da tarde de domingo. O emedebista abriu mão do banho de sol a que tem direito.

Já Moreira Franco e coronel Lima seguem recebendo apenas visitas de advogados, até que o trâmite burocrático para visitas de amigos e parentes, como confecção de carteiras que permitem o acesso, seja concluído. (Com GI)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: MP pede bloqueio de R\$ 3 bilhões da Vale

Quantia é destinada a eventuais problemas em barragem de Barão de Cocais (MG), que está em nível de alerta máximo desde sexta-feira; Defesa Civil deu instruções à população sobre o que fazer em caso de emergência

Quatro dias após a Vale identificar problemas em uma barragem de Barão de Cocais, a 100 quilômetros de Belo Horizonte, o Ministério Público solicitou à Justiça bloqueio de R\$ 3 bilhões da Vale para eventuais reparações. Ao mesmo

tempo, a Defesa Civil distribuiu instruções à população de três mil residências ao longo do Rio São João sobre como agir em caso de emergência.

Moradores foram alertados pela mineradora na noite de sexta-feira sobre a instabilidade na Barragem Sul Superior, da mina Gongo Soco. O alerta da instalação está em nível 3, o máximo, que significa "rompimento ou risco iminente de rompimento".

Caso a ação seja aceita pela Justiça, a Vale deverá pagar por todos os custos dos moradores, como hospedagem em hotéis, alimentação, transporte, medicamento, entre outras necessidades. A ação também pede a "suspensão imediata da operação das demais estruturas e atividades do complexo minerário onde está situada a Barragem Sul Superior".

O MP também solicita à Vale a atualização e apresentação de um estudo atualizado de ruptura. A mineradora não se posicionou a respeito do pedido de bloqueio nem sobre outras demandas.

SIRENE NA SEXTA-FEIRA

Segundo um comunicado da Vale, no dia 20 de março foi identificada por auditores independentes uma divergência de dados entre os dois sistemas de monitoramento da barragem. Por isso, a empresa decidiu elevar o alerta para o nível 3 na sexta-feira, quando sirenes de alerta foram acionadas.

Foi a segunda vez, em um mês e meio, que as sirenes são disparadas na região: em 8 de fevereiro, 452 pessoas (cerca de 150 famílias) das comunidades de Socorro, Tabuleiro e Piteiras, que ficam na Zona de Autossalvamento (ZAS), foram retiradas de suas casas e levadas para hotéis de cidades da região.

Agentes da Defesa Civil e da Tropa de Choque foram deslocados para o município e ficaram de prontidão. Em caso de rompimento, a previsão é que os bombeiros teriam uma hora e doze minutos para tirar todas as pessoas da área de risco.

A Vale disse que continua adotando uma série de medidas preventivas para melhorar a segurança de suas barragens. Um posto de informações para os moradores foi instalado na Secretaria Municipal de Educação.

A Sul Superior é uma das dez barragens a montante que, de acordo com um plano anunciado pela empresa, devem ser desativadas. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), a instalação de Barão de Cocais tem 85 metros de altura e volume total de 6,016 milhões de metros cúbicos.

O coordenador do Comitê de Resposta Imediata da empresa da Vale, Marcelo Klein, esteve no local. Klein pediu tranquilidade:

— Num momento de gestão de crise é muito importante que as pessoas mantenham a calma e fiquem alertas a todas as instruções.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/03/2019

Seção: O País

Autor: CHICO OTAVIO

Título: MPF denunciará Temer duas vezes para Bretas

Ex-presidente será acusado de crimes como lavagem, peculato e corrupção

O Ministério Público Federal (MPF) vai apresentar esta semana ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal no Rio, duas denúncias contra o ex-presidente Michel Temer e outros envolvidos no esquema revelado na última quinta-feira pela Operação Descontaminação.

Na primeira denúncia, ele será acusado de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro pelo suposto desvio de R\$ 1 milhão de um contrato de prestação de serviços de mídia para o Aeroporto de Brasília. Na segunda, responderá por crime de peculato pelo favorecimento de uma empresa ligada ao ex-presidente nas obras da usina nuclear de **angra3**, na Costa Verde.

A defesa do ex-presidente Temer tem negado os crimes e classificou como "abuso de direito" a prisão preventiva.

Se Bretas acolher as denúncias, Temer vai virar réu em dois processos desdobrados da Lava-Jato no Rio. Em ambos, ele aparecerá associado ao ex-coronel da Polícia Militar paulista João Baptista Lima Filho, apontado pelas investigações como o operador do ex-presidente. O coronel Lima figura nas denúncias como principal beneficiário de desvios nos contratos de **angra 3** e Aeroporto de Brasília.

A força-tarefa do MPF, que tem pressa em formalizar as acusações, passou o último fim de semana analisando provas colhidas nas ações de busca e apreensão de quinta-feira contra o grupo de Temer.

DELAÇÃO COMO BASE

A Descontaminação teve como base a delação do empresário José Antunes Sobrinho, um dos donos da construtora Engevix. A colaboração foi cruzada com

outras provas, como os e-mails apreendidos com o ex-presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Sobrinho sustenta que Temer se beneficiou de uma propina de R\$ 1 milhão, paga pela Engevix como recompensa por um contrato de R\$ 162 milhões da empresa com a Eletronuclear para execução de projeto em angra 3. Para participar da obra, a empreiteira teve de concordar com a inclusão de uma empresa do coronel Lima, a Argeplan, no consórcio vencedor, também formado pela finlandesa AF Consult. Embora não comprovasse expertise no setor e nem sequer tivesse participado da obra, a Argeplan ficou com uma fatia de R\$ 10 milhões.

No curso desse contrato, celebrado em 2010, a força-tarefa apurou que coronel Lima solicitou ao sócio da Engevix o pagamento de propina, em benefício de Temer. Como não havia uma brecha para o desvio do dinheiro da Eletronuclear, o caminho encontrado por Sobrinho para repassar R\$1 milhão ao coronel Lima foi a empresa Alumi Publicidades, que prestava serviços de mídia para o aeroporto de Brasília e era controlada pela Engevix. Segundo a investigação, a Alumi firmou um contrato fraudulento com a PDA, também ligada a Lima, para viabilizar a propina em outubro de 2014.

Sobrinho disse que a operação no Aeroporto de Brasília contou com a ajuda do então ministro da Secretaria Nacional de Aviação Moreira Franco. Coronel Lima e Moreira estão entre os presos da operação de quinta-feira e também serão denunciados à 7ª Vara Federal Criminal.

A força-tarefa sustentará nas denúncias que Temer contava com uma rede de pessoas físicas e jurídicas nos esquemas de lavagem de ativos. Para defender que o ex-presidente permaneça preso, o MPF dirá que o grupo continua recebendo e movimentando valores ilícitos, além de permanecer ocultando recursos desviados, inclusive no exterior.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/03/2019

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Novo status na OMC "é a evolução normal"

Washington — Ao fazer um balanço sobre a recente visita oficial do presidente Jair Bolsonaro ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o embaixador do Brasil nos EUA, Sérgio Amaral, minimizou as críticas sobre o apoio para a adesão do Brasil na Organização para a Cooperação do Desenvolvimento

Econômico (OCDE) condicionado à perda do tratamento diferenciado do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), de país em desenvolvimento.

Sem estimar ganhos ou perdas, ele afirma que o objetivo do país é não continuar com esse status. “É a evolução normal e acho que vamos ter flexibilidade”, frisa ele, demonstrando otimismo no processo de adesão do país na OCDE. “Não vejo grandes dificuldades”.

Para o embaixador, a visita “foi boa” e “trouxe resultados concretos e importantes”. E o principal deles, foi a assinatura do acordo de salvaguardas tecnológicas.

Na avaliação do diplomata, “vai permitir o lançamento de satélites e uma cooperação maior com os Estados Unidos”, além de aumentar a utilização da base de Alcântara, no Maranhão. E evitou falar sobre a questão dos vistos, em que o Brasil derrubou a exigência unilateralmente.

A seguir a entrevista do diplomata concedida ao Correio:

Que balanço o senhor faz da visita do presidente Bolsonaro? Dá para comemorar?

Sim, a visita foi boa. E deve ser vista em três dimensões. A primeira delas é que se dá num momento em que existe uma convergência muito grande nos valores e nos princípios que compartilhamos e isso sempre existiu. É uma tradição da nossa relação. O segundo fato é que trouxe resultados concretos e importantes. Eu colocaria, em primeiro lugar, o acordo de salvaguardas tecnológicas para o uso comercial do centro espacial de Alcântara. Ele vai permitir uma grande cooperação no setor privado brasileiro com o americano e até com outros países. Isso está pendente há 20 anos. Foi talvez o assunto que eu mais me empenhei. A negociação foi longa, de mais de um ano, junto com a Aeronáutica. Fico muito satisfeito, porque isso vai permitir a utilização de um centro que está lá e que nunca foi usado para lançamentos de maior porte. E isso vai permitir o lançamento de satélites e uma cooperação maior com os EUA.

A oposição, em especial, o PT no Brasil chamou esse acordo da base de “entreguismo”...

Você tem que fazer a opção: Prefere ficar com a base de Alcântara sem utilização? Ou você está disposto a aceitar algumas restrições para poder utilizar a base com Estados Unidos, com outros países, para poder lançar seus satélites e ter uma receita na base de Alcântara? O que adianta ter uma base e ela não for utilizada?

Eles vão pagar por essa utilização?

Não é o governo americano quem vai pagar. O acordo é para dar a salvaguarda da tecnologia do veículo lançador e também tem provisões relativas à não proliferação (de armas). Quem vai pagar são as empresas e muitas poderão atuar em parceria com empresas brasileiras. Esses recursos vão alimentar o programa espacial brasileiro, a utilização da base. Mas existem restrições que decorrem, seja da legislação americana, seja de acordos internacionais. Essa é uma avaliação que o país tem que fazer, se prefere deixar a base de Alcântara como está ou prefere utilizar em parceria. Os EUA detêm 80% do mercado de lançamento de satélites. Agora, o que o Brasil tem que fazer, e essa é a minha opinião, é o desenvolvimento autônomo dessa tecnologia. Um país que soube desenvolver a tecnologia de aviões como a Embraer, de exploração do petróleo em águas profundas, tem condições, como já mostrou. O lançamento que foi feito de um veículo na base de Alcântara e que falhou foi um acidente. A Aeronáutica tem essa tecnologia.

O senhor mencionou três pontos, quais os outros dois?

O segundo fato importante é a OCDE, uma aspiração nossa de bastante tempo, em que conseguimos o apoio de todos os membros da OCDE, menos os Estados Unidos. Agora, conseguimos um apoio importante para o Brasil começar as negociações com a OCDE.

Mas houve uma exigência para esse ingresso, como, perder o tratamento diferenciado na OMC. Isso é bom?

Esse pedido, essa observação foi feita pelo embaixador (Robert) Lighthizer (conselheiro de Trump), na primeira vez em que fui lá preparando a visita do presidente. Havia a indicação de que a maior parte do governo americano estava de acordo, a restrição única que prevalecia era a dele. Conversamos sobre isso. Eu disse: não vejo razão para isso, são duas coisas diferentes e vocês também têm apoiado outros países e não estabeleceram qualquer condição.

Mas, no meio, sempre tem uma negociação mais ampla. Isso apareceu como uma espécie de uma barganha, uma mudança, do Brasil ir progressivamente mudando a categoria que ainda é visto, de país em desenvolvimento. Evidentemente, isso não vai afetar o passado. Mas poderia afetar o futuro. É difícil, não tem como medir isso, quanto vale em termos das concessões que tivemos. Agora, o que é fato é que o objetivo do Brasil ao entrar na OCDE, ou de participar da OMC, não é de continuar sempre como país em desenvolvimento. É a evolução normal e acho que vamos ter flexibilidade.

E quanto tempo leva ainda para o Brasil ser aceito?

Não depende mais dos Estados Unidos. A OCDE faz normalmente duas reuniões por ano para definir as questões maiores de política e uma delas é a aceitação das novas candidaturas. A reunião será nos próximos meses. Aí, os países votam. E aqueles que são aceitos como candidatos a negociar, então, entram em um processo de negociação. O que acontece é que já existe uma fila de candidatos no processo de negociação. Colômbia, por exemplo, não sei se já foi aprovada. Na fila, em primeiro lugar, está a Argentina. Virá, depois, o Brasil. E a negociação é variável. O tempo que dura é difícil prever. No caso do Brasil, creio que será uma negociação rápida, porque já temos, já participamos de vários dos chamados protocolos, de mais de 70. Aquilo que ainda temos a negociar não deve ser difícil. E muito do que a OCDE poderia pedir ao Brasil, na medida em que já aceitamos várias das práticas econômicas que ela pode pedir, está na linha do que o ministro Paulo Guedes (da Economia) quer fazer. Não vejo grandes dificuldades.

O senhor pode dar exemplo do que o ministro Guedes quer fazer e que a OCDE pode pedir?

Por exemplo, maior abertura da economia, desregulamentação, reforma tributária. Todas essas são questões que, normalmente, a OCDE levantaria numa negociação para ter a adesão final.

O senhor mencionou três dimensões da visita, qual a terceira?

O outro ponto que também é importante entre os que foram negociados são as questões relativas à área de segurança e que nós temos todo o interesse porque isso vai nos ajudar a combater o contrabando de armas. Uma das coisas que mais nos preocupa no combate à criminalidade é o fato de que entram no Brasil

as armas mais sofisticadas, muitas vezes provenientes dos Estados Unidos, e de qualidade superior às armas que são usadas no país.

Como aquela apreensão no Rio, por exemplo, dos M16, e houve até quem dissesse que havia peças de fuzis dos M27, exclusivos das forças armadas americanas?

É, isso vai haver uma cooperação maior nessa questão das fronteiras, que é uma preocupação grande em relação ao combate à criminalidade no Brasil. Houve vários acordos que não têm necessariamente um resultado imediato, mas que sinalizam áreas de cooperação importante para nós. Por exemplo, o fórum de energia. Existe o interesse dos dois lados e nós trabalhamos em relação a essas questões. Na área de espaço, acordo espacial, cooperação grande no setor privado. Empresas brasileiras e americanas querem trabalhar juntos em projetos de lançamentos a partir de Alcântara. Existe uma fila de espera nessa questão dos satélites. E teremos também o restabelecimento do CEO Fórum. Um grupo restrito de membros dirigentes das empresas E esses dirigentes, de igual número de cada lado e ainda será definido, é o que tem mais alta representatividade e poderão ajudar a definir os rumos para o comércio.

Em relação à Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o que significa para o Brasil ser um aliado extra-Otan?

Na verdade, durante a conversa entre os dois presidentes com a participação ampliada, o presidente Trump deixou ao Brasil definir como ele quer entrar: Como um membro fora da Otan, ou como um membro dentro da Otan. Mas isso demandaria mudança dos regulamentos. Não sei se está previsto ser membro da Otan países que não estão na área do Atlântico Norte. O Brasil precisa avaliar se vale a pena ser um membro da Otan, que contribui financeiramente. Toda a discussão que existe hoje na Otan é financeira. Essa é uma questão que o Brasil vai ter que avaliar melhor para definir sua participação.

Mas e a venda da carne bovina para os EUA e da suína para o Brasil?

Isso é um ponto importante para nós, porque temos que resolver essa questão sanitária. Houve um atraso na resposta, do lado americano, e agora o que se combinou é que irá uma missão fazer essa inspeção. Quanto à carne suína

americana, faltam algumas informações para o Brasil. São fatos normais do comércio.

E a soja, daqui para a China?

A questão da soja é diferente, porque na guerra comercial entre Estados Unidos e China foi suspensa a exportação de soja para a China e o Brasil se beneficiou disso. No ano passado, a exportação de soja para o mercado chinês representou 86% da exportação brasileira de soja. Isso porque exportamos o que exportávamos normalmente e aquilo que os Estados Unidos deixaram. Agora, é normal que, se houver e quando houver esse acordo, a exportação de soja brasileira para a China diminua. Até agora não fechou.

O senhor sente que a bússola vai mudar completamente, ou seja, o Brasil negociará mais com os Estados Unidos do que com a China?

O consumidor vai ao supermercado, porque vende mais barato ou porque o dono é simpático? Temos uma excelente relação com os EUA, mas temos também uma excelente relação econômica com a China. O ministro Guedes deixou claro que vai dançar com quem quiser dançar com ele. A parte central da sabatina no Senado para minha aprovação vir aos Estados Unidos foi que precisamos chegar numa relação de maturidade com os EUA. E tentar evitar uma relação pendular, ora está de um lado, ora de outro. E uma relação de maturidade é aquela em que vamos discutir os temas da agenda de acordo com o mérito de cada um. Aquilo em que nós concordarmos, não tem por que não trabalhar junto. E aquilo que não concordarmos, não tem porque não dizer. E isso é uma coisa que os Estados Unidos entendem e apreciam: que é a franqueza no relacionamento.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Ronan

Título: Ação contra a Vale

Belo Horizonte — O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) moveu uma ação civil pública pedindo que a Vale elabore, em até cinco dias, um plano de ações para assegurar a estabilidade da Barragem Sul Superior, na Mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais. No documento, a Promotoria também quer o

bloqueio de até R\$ 3 bilhões da mineradora para garantir que a empresa arque com os custos de novas evacuações de pessoas e animais que vivem na Zona de Segurança Secundária (ZSS). A ação vem depois que as autoridades elevaram o risco de rompimento da estrutura para o nível 3, o último antes da ruptura, na última sexta-feira.

Caso a ação seja aceita pela Justiça, a Vale deverá pagar por todos os custos, como hospedagem em hotéis, alimentação, transporte, medicamento e transporte de bens móveis, por exemplo, em caso de novas evacuações. A mineradora já teve R\$ 50 milhões bloqueados em fevereiro, quando centenas de moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS), mais próxima à barragem em risco, foram retiradas de seus imóveis.

Suspensão imediata

A ação também pede a “suspensão imediata da operação das demais estruturas e atividades do complexo minerário onde está situada a Barragem Sul Superior”, enquanto não demonstrada a integral estabilidade e segurança da estrutura. Com isso, o MP considera a atividade de barragens, diques, usinas, transporte, entre outras coisas que funcionem na Mina de Gongo Soco.

O MP também solicita à Vale a atualização e apresentação de um estudo atualizado de ruptura, denominado dam break. O documento deverá considerar a zona de impacto como um todo. A empresa teria 72 horas para fazer isso. Em nota, a mineradora disse que “adotou medidas para dar suporte ao simulado de evacuação dos moradores da Zona de Segurança Secundária (ZSS) de Barão de Cocais, que será realizado nesta segunda-feira, às 16h”. Segundo a empresa, serão distribuídos panfletos e instaladas placas para sinalizar rotas de fuga, entre outras medidas.

MME / ASCOM .